



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

14

MAIO/2009

TÉCNICO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO ÁREA: JURÍDICA

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este caderno, com o enunciado das 50 questões objetivas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

LÍNGUA PORTUGUESA I		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS			
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 5	1,5	16 a 22	1,0	37 a 43	2,5
6 a 10	2,0	23 a 29	1,5	44 a 50	3,0
11 a 15	2,5	30 a 36	2,0		

b) 1 **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas às questões objetivas formuladas nas provas.

02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, preferivelmente a caneta esferográfica de tinta na cor preta.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído caso esteja danificado em suas margens superior ou inferior - **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:

a) se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;

b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - Quando terminar, entregue ao fiscal **O CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA** e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

Obs. O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **não** poderá levar o Caderno de Questões, a qualquer momento.

11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS É DE 3 (TRÊS) HORAS**.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados, no primeiro dia útil após a realização das mesmas, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

LÍNGUA PORTUGUESA I

Audácia, prudência, temperança

Uma sociedade é sustentável quando consegue articular a cidadania ativa com boas leis e instituições sólidas. São os cidadãos mobilizados que fundam e refundam continuamente a sociedade e a fazem funcionar dentro de padrões éticos.

O presente momento da política brasileira e a situação atual do mundo estigmatizado por várias crises nos convidam a considerar três virtudes urgentes: a audácia, a prudência e a temperança.

A audácia é exigida dos tomadores de decisões face à situação social brasileira que, vista a partir das grandes maiorias, é desalentadora. Muito se tem feito no atual Governo, mas é pouco face à chaga histórica que extenua os pobres. Nunca se fez uma revolução na educação e na saúde, alavancas imprescindíveis para transformações estruturais. Um povo ignorante e doente jamais dará um salto para frente.

Algo semelhante ocorre com a política mundial face à escassez de água potável e ao aquecimento global do planeta. Audácia é aquela coragem de tomar decisões e pôr em prática iniciativas que respondem efetivamente aos problemas em questão. O que vemos, especialmente no âmbito do G-8, do FMI, do BM e da OMC diante dos problemas referidos, são medidas tímidas que mal protelam catástrofes anunciadas. No Brasil a busca da estabilidade macroeconômica inibe a audácia que os problemas sociais exigem. Dever-se-ia ir tão longe na audácia que um passo além seria insensatez. Só assim evitar-se-ia que as crises, nacional e mundial, se transformassem em drama coletivo de grandes proporções.

A segunda virtude é a prudência. Ela equilibra a audácia. A prudência é aquela capacidade de escolher o caminho que melhor soluciona os problemas e mais pessoas favorece. Por isso a prudência é a arte de congregar mais e mais agentes e de mobilizar mais vontades coletivas para garantir um objetivo bom para o maior número possível de cidadãos.

Como em todas as virtudes, tanto a audácia quanto a prudência podem conhecer excessos. O excesso de audácia é a insensatez. A pessoa vai tão longe que acaba se isolando dos outros ficando sozinha como um Dom Quixote. O excesso da prudência é o imobilismo. A pessoa é tão prudente que acaba morrendo de ajudada. Engessa procedimentos ou chega tarde demais na compreensão e solução das questões.

Há uma virtude que é o meio termo entre a audácia e a prudência: a temperança. Em condições normais significa a justa medida, o ótimo relativo, o equilíbrio entre o mais e o menos. Ela é a lógica do universo que assegura o equilíbrio entre a desordem originária do *big bang* (caos) e a ordem produzida pela expansão/evolução (cosmos). Mas em situações de alto caos social como é o nosso caso, a temperança assume a

55 forma de sabedoria política. A sabedoria implica levar tão longe a audácia até aquele ponto para além do qual não se poderá ir sem provocar uma grande instabilidade. O efeito é uma solução sábia que resolve as questões das pessoas mais injustiçadas, quer dizer, traz-lhes sabor à existência (donde vem sabedoria).

60 Ninguém expressou melhor esse equilíbrio sutil entre audácia corajosa e prudência sábia que Dom Pedro Casaldáliga ao escrever: “Saber esperar, sabendo ao mesmo tempo forçar as horas daquela urgência que não permite esperar”.

BOFF, Leonardo.

Disponível em: <http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/colunas/boff/>

1

Na alusão à “...política mundial face à escassez de água potável e ao aquecimento global do planeta.” (l. 18-20), o autor

- (A) demonstra maior incidência dos problemas ambientais no aspecto regional do que no universal.
- (B) sinaliza para uma oposição entre a política ambiental mundial e a nacional.
- (C) adverte para a necessidade de tratarmos de problemas de nível mais elevado.
- (D) estabelece uma analogia entre questões regionais e questões universais.
- (E) dissocia a escassez de água potável no país do aquecimento global do planeta.

2

“Como em todas as virtudes, tanto a audácia quanto a prudência podem conhecer excessos.” (l. 39-40)

Reescrevendo-se a passagem acima, o sentido fica mantido em:

- (A) A audácia e a prudência propiciam tantos excessos que desconhecem as outras virtudes.
- (B) A prudência pode conhecer tanto os excessos da audácia como os de todas as virtudes.
- (C) Dessa forma, é com a audácia que se conhecem os excessos de todas as virtudes.
- (D) Assim como a audácia, a prudência pode conhecer excessos, como em todas as virtudes.
- (E) Como em todas as virtudes, os excessos da prudência podem conhecer os excessos da audácia.

3

No 6º parágrafo o autor

- (A) resume, na segunda oração, sua opinião acerca do tema.
- (B) fundamenta seu ponto de vista numa série de comparações.
- (C) quebra a lógica do texto, acrescentando exemplos de heroísmo.
- (D) condiciona a solução para os problemas a procedimentos engessados.
- (E) constrói uma argumentação para o seu ponto de vista através da ideia de consequência.

4

"Em condições normais significa a justa medida, o **ótimo relativo**," (l. 48-49)

A expressão destacada é explicada como

- (A) colocar em prática todas as virtudes de forma extrema.
- (B) adotar medidas radicais quanto à educação, mesmo com a instabilidade.
- (C) usar, racional e moderadamente, as virtudes, evitando o caos.
- (D) priorizar o desenvolvimento tecnológico em detrimento da educação.
- (E) tomar medidas drásticas com vistas ao sucesso da macroeconomia.

5

Para o autor, a sabedoria

- (A) é privilégio das maiorias ilustradas.
- (B) emerge sempre do caos social instalado.
- (C) resulta de ponderações lúcidas e éticas.
- (D) provém de uma revolução na educação.
- (E) ignora o protesto das pessoas mais injustiçadas.

6

De acordo com a leitura do texto, é correto afirmar que

- (A) se a construção da sociedade for estabelecida dentro de princípios éticos, seus cidadãos podem descansar e usufruir desses benefícios.
- (B) as ações efetivadas em vista das necessidades da maioria do povo brasileiro carecem de medidas mais ousadas.
- (C) para a sociedade brasileira, apática diante do caos, usar de audácia demonstra um traço de sabedoria.
- (D) para que seja eficaz a aplicação de audácia, prudência e temperança, não se pode ficar preso a limites.
- (E) no Brasil, as ações relacionadas à estrutura econômica são tão arrojadas quanto as voltadas para o social.

7

De acordo com o texto, os conceitos que podem ser identificados, respectivamente, com o par **audácia/prudência** são:

- (A) insensatez / imobilismo.
- (B) persistência / desânimo.
- (C) açodamento / timidez.
- (D) alienação / engajamento.
- (E) ousadia / ponderação.

8

Em qual afirmação o conteúdo se confirma na leitura do texto?

- (A) A audácia é uma virtude que falta às camadas mais pobres.
- (B) A atuação primordial da prudência se dá no âmbito social.
- (C) As injustiças sociais só serão resolvidas por agentes virtuosos.
- (D) O valor da prudência consiste em ser fator de equilíbrio entre as virtudes.
- (E) Para Dom Pedro Casaldáliga, a verdadeira sabedoria se fundamenta na espera fervorosa.

9

Medidas prudentes são aquelas que todos **aprovam**.

A forma verbal **INADEQUADA** quanto ao padrão culto para substituir o termo destacado acima é

- (A) requerem.
- (B) pedem.
- (C) concordam.
- (D) almejam.
- (E) aceitam.

10

Leia as frases abaixo.

- I – Os homens devem se prevenir ante ___ crises do desemprego.
- II – Com o excesso de prudência, pode-se chegar ___ imobilidade das grandes massas.
- III – São necessárias algumas virtudes para se reagir ___ crises econômicas.
- IV – Os dirigentes de países ricos não atendem ___ nenhuma necessidade dos mais pobres.
- V – O homem pode se isolar muito, atingindo, assim, ___ solidão.

Indique a opção que, na sequência, preenche as lacunas acima corretamente.

- (A) as – à – as – à – a
- (B) as – à – às – a – a
- (C) as – a – as – à – à
- (D) às – a – as – à – à
- (E) às – à – às – a – a

11

"... e **a** fazem funcionar dentro de padrões éticos." (l. 4-5)

O termo que apresenta função sintática idêntica à do exemplo em destaque é:

- (A) "...face à chaga histórica **que** extenua os pobres." (l. 13-14)
- (B) "...inibe a audácia **que** os problemas sociais exigem." (l. 27-28)
- (C) "**Ela** equilibra a audácia." (l. 32-33)
- (D) "O excesso de audácia é **a insensatez**." (l. 40-41)
- (E) "Em condições **normais** significa a justa medida," (l. 48-49)

12

São acentuadas graficamente pela mesma razão as palavras:

- (A) audácia – prudência – imprescindíveis – equilíbrio
- (B) política – sábia – destrói – ótimo
- (C) catástrofes – histórica – econômica – entretém
- (D) além – ninguém – você – órfão
- (E) três – há – até – só

13

Na passagem “são medidas **tímidas** que mal protelam catástrofes anunciadas.” (l. 25-26), o uso do adjetivo destacado demonstra uma

- (A) linguagem figurada.
- (B) exacerbação de sentido.
- (C) impropriedade gramatical.
- (D) união de conceitos opostos.
- (E) incoerência com o restante da frase.

14

Assinale a relação **INCORRETA** entre a oração e a ideia colocada ao lado.

(A)	“mas é pouco face à chaga histórica...” (l. 13)	conclusão
(B)	“Por isso a prudência é a arte...” (l. 35)	explicação
(C)	“...para garantir um objetivo bom...” (l. 37)	finalidade
(D)	“...ou chega tarde demais...” (l. 45)	alternância
(E)	“...Dom Pedro Casaldáliga ao escrever:” (l. 62-63)	tempo

15

“Só assim evitar-se-ia que as crises, nacional e mundial, se transformassem em drama coletivo de grandes proporções.” (l. 29-31)

As vírgulas, no segmento acima, ocorrem porque separam

- (A) aposto.
- (B) vocativo.
- (C) oração coordenada.
- (D) sujeitos.
- (E) complementos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16

Dentre os princípios a serem observados no processo de interpretação constitucional, existe um que impõe que, diante de uma norma infraconstitucional (lei ordinária, v.g.) que apresente vários significados possíveis, o intérprete escolha o sentido que a torne constitucional, evitando sua declaração de inconstitucionalidade. Este é o princípio da

- (A) máxima efetividade da Constituição.
- (B) concordância prática ou harmonização.
- (C) interpretação conforme a Constituição.
- (D) razoabilidade (ou proporcionalidade).
- (E) unidade da Constituição.

17

Sobre medida provisória, considere as afirmativas a seguir.

- I – O Presidente da República pode editar medida provisória que estabeleça normas gerais em matéria de legislação tributária.
- II – O atendimento dos pressupostos de relevância e urgência está sujeito apenas ao controle de constitucionalidade político exercido pelo Congresso Nacional, mas nunca ao controle judicial.
- III – É inconstitucional medida provisória que define crime contra a ordem econômica.
- IV – A medida provisória tem força de lei e sua edição implica a revogação das normas jurídicas vigentes com ela incompatíveis.

Está(ão) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) II.
- (B) III.
- (C) IV.
- (D) I e III.
- (E) II e IV.

18

A respeito das competências dos órgãos que integram o Poder Judiciário, é **INCORRETO** afirmar que compete ao(à)

- (A) Superior Tribunal de Justiça (STJ) processar e julgar a execução de sentença estrangeira, após a homologação.
- (B) Superior Tribunal de Justiça (STJ) processar e julgar, em recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, quando denegatória a decisão.
- (C) Supremo Tribunal Federal (STF) julgar conflito de competência entre o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST).
- (D) Justiça Federal processar e julgar as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União (ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas).
- (E) Justiça do Trabalho processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial decorrentes da relação de trabalho.

19

Viola a cláusula de reserva de plenário (art. 97, CRFB) a decisão de

- (A) órgão fracionário que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de uma lei, afasta a sua incidência.
- (B) órgão fracionário que reconhece a constitucionalidade de uma lei, mesmo após o STF haver declarado sua inconstitucionalidade ao examinar um caso concreto.
- (C) órgão fracionário que, sem haver encaminhado a questão de inconstitucionalidade ao tribunal pleno (ou órgão especial), declara a inconstitucionalidade de uma lei apoiando-se em um julgado do STF que reconheceu a inconstitucionalidade desta mesma lei ao examinar um caso concreto.
- (D) um juiz de 1º grau que declara a inconstitucionalidade de uma lei (ou afasta a sua incidência).
- (E) um juiz de 1º grau que declara a inconstitucionalidade de uma lei, mas não a que simplesmente afasta a sua incidência.

20

Suponha que uma lei federal editada em 1985 e uma lei do Distrito Federal aprovada em 2005 estejam em desacordo com determinado preceito constitucional fundamental. Neste caso, considere as afirmativas a seguir.

- I – O Governador do Estado de São Paulo, desde que demonstre pertinência temática, poderá ajuizar uma ADPF para arguir a inconstitucionalidade da lei distrital.
- II – O Conselho Federal da OAB, dispensada a demonstração de pertinência temática, poderá ajuizar uma ADIn para arguir a inconstitucionalidade da lei federal.
- III – Determinado partido político, com representação em apenas uma das Casas do Congresso Nacional, poderá ajuizar uma ADPF para arguir a inconstitucionalidade da lei federal.
- IV – O Presidente da República pode arguir a inconstitucionalidade da lei distrital por meio de ADIn ou de ADPF, a depender da matéria de que trata a lei distrital.

Está(ão) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) III.
- (B) I e IV.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e III.

21

A Constituição Brasileira garante o direito de propriedade (art. 5º, XXII), que, por seu turno, deverá atender a sua função social (art. 5º, XXIII). Nesse sentido, é correto afirmar que a Constituição

- (A) não admite a expropriação de terras, nem o confisco de bens.
- (B) assegura que a pequena propriedade rural, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamentos de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- (C) permite a desapropriação de imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, que incluirá as benfeitorias úteis e necessárias.
- (D) permite, em caso de iminente perigo público, o uso de propriedade particular por autoridade pública, assegurado o pagamento de indenização pelo uso da propriedade.
- (E) permite a desapropriação de imóvel urbano, por interesse social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida pública.

22

Sobre as ações constitucionais de *habeas corpus* e mandado de segurança, é correto afirmar que

- (A) a controvérsia sobre matéria de direito impede a concessão de mandado de segurança, pois não haveria direito líquido e certo a ser assegurado.
- (B) o prazo decadencial de 120 dias para se impetrar mandado de segurança é inconstitucional, segundo jurisprudência do STF há tempos consolidada, pois não cabe à lei ordinária cercear o exercício de um direito irrestritamente assegurado no patamar constitucional.
- (C) o mandado de segurança pode ser impetrado para assegurar o exercício de qualquer direito, desde que seja líquido e certo.
- (D) o *habeas corpus* não pode ser impetrado por pessoa jurídica.
- (E) o *habeas corpus* contra punição disciplinar militar pode ser impetrado quando se pretende impugnar os pressupostos da legalidade da punição, e não o seu mérito.

23

Para ser elegível, um militar deverá

- (A) afastar-se da atividade, caso tenha mais de dez anos de serviço.
- (B) afastar-se da atividade, caso seja eleito.
- (C) ser agregado pela autoridade superior, caso tenha mais de dez anos de serviço.
- (D) ser agregado pela autoridade superior, caso seja eleito.
- (E) afastar-se da atividade, em qualquer caso.

24

Considere as afirmativas a seguir, a respeito da Federação brasileira.

- I – O Estado-membro não pode recusar fé aos documentos que ele mesmo expediu, mas pode recusá-la aos documentos públicos produzidos nos Municípios.
- II – A competência legislativa concorrente, tal como adotada na Constituição brasileira, condiciona a elaboração de ato normativo estadual à existência prévia de norma federal.
- III – A competência privativa da União não exclui a competência suplementar dos Estados.
- IV – A competência dos municípios para “suplementar a legislação federal e a estadual no que couber” (art. 30, II) abrange inclusive as matérias de competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24).

Está(ão) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) III.
- (B) IV.
- (C) I e II.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

25

A Constituição Brasileira é

- (A) flexível, porque pode ser modificada por meio de emendas constitucionais.
- (B) semirrígida, porque, embora possua um núcleo material imodificável (cláusulas pétreas), pode sofrer modificações na maior parte de seus dispositivos.
- (C) rígida, porque possui um núcleo material imodificável (cláusulas pétreas).
- (D) rígida, porque o processo para a alteração de suas normas é mais complexo do que o processo para a aprovação de leis infraconstitucionais.
- (E) rígida, porque não pode ser modificada durante a vigência de intervenção federal, estado de defesa ou de sítio.

26

Em processos administrativos, a exigência de atuação segundo padrões éticos de probidade e boa-fé e a necessidade de adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, decorrem, respectivamente, da aplicação dos princípios da

- (A) moralidade e da razoabilidade.
- (B) moralidade e da segurança jurídica.
- (C) impessoalidade e da ampla defesa.
- (D) probidade e da motivação.
- (E) publicidade e da proporcionalidade.

27

Com relação à organização administrativa, é correto afirmar que as Empresas Públicas Federais

- (A) possuem personalidade jurídica de direito público e, exatamente por isso, submetem-se ao regime previsto na Lei nº 8.666/93 no que tange a licitações e contratos administrativos.
- (B) possuem personalidade jurídica de direito privado e se sujeitam ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e às obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias.
- (C) possuem personalidade jurídica de direito privado e se subordinam ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às regras de contratação de pessoal.
- (D) são órgãos destituídos de personalidade jurídica, embora possuam patrimônio e receitas próprios, bem como gestão administrativa e financeira descentralizada.
- (E) integram a Administração Pública Direta Federal, não possuem personalidade jurídica própria e se sujeitam ao regime jurídico das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e às obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

28

Sobre revogação e anulação de atos administrativos, analise as afirmativas a seguir.

- I - Os atos administrativos discricionários não são passíveis de revogação pela própria Administração Pública, mas estão sujeitos a controle judicial, inclusive no que tange ao mérito administrativo.
- II - A Administração Pública tem a faculdade de revogar seus atos por razões de conveniência e oportunidade, mas precisa ir ao Poder Judiciário para anulá-los.
- III - No âmbito federal, o direito da Administração Pública de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para seus destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

Está(ão) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

29

Sobre as hipóteses de contratação direta estabelecidas no Estatuto de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/93), é correto afirmar que

- (A) os casos de inexigibilidade de licitação estão previstos taxativamente na lei, ao passo que as hipóteses de dispensa de licitação são meramente exemplificativas.
- (B) o procedimento licitatório é inexigível para a contratação de instituição brasileira incumbida estatutariamente do desenvolvimento institucional, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.
- (C) em sendo comprovada a ocorrência de superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou prestador do serviço e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
- (D) o procedimento licitatório será dispensável pela autoridade administrativa sempre que houver inviabilidade de competição.
- (E) o procedimento licitatório é dispensado para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

30

No que tange ao controle externo da Administração Pública, é correto afirmar que o Tribunal de Contas da União

- (A) é órgão integrante da estrutura administrativa do Poder Legislativo, com competência para aprovar anualmente as contas do Presidente da República.
- (B) exerce poder geral de cautela, cabendo-lhe sustar preventivamente os efeitos decorrentes de contratos administrativos sob sua fiscalização, submetendo tal decisão, *a posteriori*, à apreciação do Congresso Nacional.
- (C) tem competência para imputar débito e aplicar multa, ostentando as decisões em tal sentido eficácia de título executivo, cabendo ao próprio Tribunal de Contas da União, por intermédio de sua Procuradoria, promover a execução.
- (D) tem competência para sustar contratos administrativos, após oferecer a oportunidade de ampla defesa ao administrador responsável e ao contratado, sempre que verificar a violação aos princípios da legalidade, legitimidade e economicidade.
- (E) aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta federal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.

31

Tendo em vista a distinção apresentada pela doutrina administrativista quanto às diversas formas de utilização dos bens públicos, verifica-se que a permissão de uso de bem público é

- (A) contrato bilateral e vinculado por intermédio do qual o Poder Público, após necessário procedimento licitatório, consente na utilização de um bem público por particular(es).
- (B) contrato administrativo por intermédio do qual o Poder Público, após necessário procedimento licitatório, trespassa a um particular o uso de um bem público para uma finalidade específica.
- (C) ato administrativo unilateral, precário e gratuito por intermédio do qual o Poder Público consente na utilização de um bem público de sua titularidade por outra pessoa administrativa.
- (D) ato administrativo unilateral e discricionário pelo qual se faculta a particular(es) o uso de um bem público, sendo precedido, sempre que possível, de procedimento licitatório.
- (E) ato administrativo unilateral e precário por intermédio do qual o Poder Público consente na utilização transitória e episódica de um bem público de uso comum do povo por particular(es).

32

A respeito dos direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos, analise as assertivas abaixo.

- I – O servidor público responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, desde que a sua conduta tenha resultado em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- II – As sanções civis, penais e administrativas podem cumular-se, sendo independentes entre si; mas a responsabilidade administrativa do servidor será afastada em caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
- III – No exercício do poder disciplinar, a sanção aplicável a ocupantes exclusivamente de cargo em comissão é a destituição.
- IV – A ação disciplinar prescreve em cinco anos seja qual for a natureza da infração administrativa cometida pelo servidor, começando a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

É(São) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) II.
- (B) III.
- (C) I e III.
- (D) I e IV.
- (E) II e III.

33

Quanto às formas de provimento dos cargos públicos, entende-se por readaptação a(o)

- (A) investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, devidamente verificada em inspeção médica.
- (B) reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- (C) aproveitamento do servidor estável em outro cargo de vencimentos e responsabilidades compatíveis com o anteriormente ocupado, em decorrência da declaração de desnecessidade do cargo efetivo e consequente disponibilidade.
- (D) reingresso de servidor aposentado no serviço público, quando insubsistentes os motivos determinantes de sua aposentadoria por invalidez, verificados em inspeção médica oficial ou por solicitação voluntária do aposentado, a critério da administração.
- (E) retorno do servidor estável ao cargo por ele anteriormente ocupado, em decorrência de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.

34

A respeito do regime jurídico dos contratos administrativos, analise as assertivas abaixo.

- I – Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação por até dois anos e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- II – A duração dos contratos administrativos fica adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, admitida a prorrogação dos contratos de prestação de serviços contínuos e de compras, por iguais e sucessivos períodos, limitados a sessenta meses, desde que demonstrada a vantagem da prorrogação.
- III – O regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração Pública a prerrogativa de modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado, inclusive quanto às cláusulas econômico-financeiras, que devem ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.
- IV – São consideradas cláusulas exorbitantes aquelas que, em contratos administrativos, rompem o seu equilíbrio econômico-financeiro, sendo, por essa razão, nulas de pleno direito, ensejando ao contratado o direito à rescisão contratual.

É(São) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) III. (B) I e II.
- (C) I e III. (D) I e IV.
- (E) II e III.

35

Responde(m) pelos danos que os agentes públicos da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), nessa qualidade, causarem a terceiros, em decorrência de condutas comissivas, a

- (A) própria ANAC, por ser entidade dotada de personalidade jurídica própria, sendo a responsabilidade civil de natureza objetiva.
- (B) própria ANAC, por ser entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, sendo a responsabilidade civil de natureza subjetiva.
- (C) União Federal, por ser o ente político ao qual está vinculada a referida agência reguladora, sendo a responsabilidade civil de natureza objetiva.
- (D) União Federal e a ANAC, solidariamente, eis que a referida agência reguladora é órgão integrante da estrutura da Administração Direta Federal, sendo a responsabilidade de natureza objetiva.
- (E) União Federal e a ANAC, solidariamente, eis que a referida agência reguladora é órgão que integra a Administração Indireta Federal, sendo a responsabilidade civil de natureza subjetiva.

36

A figura do assemelhado se encontra prevista nos artigos 9º e 21 do Código Penal Militar, como o servidor de Ministério militar submetido a preceito de disciplina militar. Diante de tal previsão, é possível afirmar que

- (A) devem ser considerados assemelhados os membros do Ministério Público Militar da União.
- (B) devem ser considerados assemelhados os médicos, dentistas e veterinários que estejam cumprindo serviço militar.
- (C) devem ser considerados assemelhados os civis prestadores de serviço às Forças Armadas.
- (D) devem ser considerados assemelhados, em tempo de guerra, os policiais militares e os membros dos corpos de bombeiros.
- (E) não há mais no sistema jurídico brasileiro, em tempo de paz, a figura do assemelhado.

37

A respeito da natureza dos crimes definidos no Código Penal Militar, observe as afirmativas abaixo.

- I - O crime de tortura praticado por militar em serviço contra civil não é crime militar.
- II - No Código Penal Militar só estão tipificados crimes militares próprios.
- III - O tráfico de entorpecente praticado por civil dentro de unidade militar constitui crime militar.
- IV - Entende-se por crime militar impróprio a conduta tipificada no Código Penal Militar praticada por militar contra civil.
- V - São exemplos de crimes militares próprios o abuso de autoridade, a deserção e o abuso de radiação.

Estão corretas **APENAS** as afirmativas

- (A) I e II. (B) I e III.
- (C) II e V. (D) III e IV.
- (E) IV e V.

38

NÃO constitui pena acessória no Código Penal Militar o(a)

- (A) impedimento.
- (B) exclusão das forças armadas.
- (C) indignidade para o oficialato.
- (D) perda da função pública, ainda que eletiva.
- (E) perda de posto e patente.

39

O sargento Adelson recusa-se a obedecer a determinada ordem do Coronel Silva Matos em matéria de serviço. A que categoria de crimes militares pertence o crime praticado por ele (recusa de obediência)?

- (A) Da insubmissão.
- (B) Da desobediência.
- (C) Da insubordinação.
- (D) Do desrespeito a superior.
- (E) Dos crimes contra o dever funcional.

40

Como deverá ser executada a pena de morte no Brasil, de acordo com as regras do Código Penal Militar e do Código de Processo Penal Militar?

- (A) Por fuzilamento ou enforcamento, sendo o condenado apresentado em audiência pública perante o comandante do teatro das operações de guerra.
- (B) Por fuzilamento, admitindo-se a utilização de método que não atente contra a dignidade humana quando a hierarquia e a disciplina militares assim o exigirem.
- (C) Por fuzilamento, estando o condenado em uniforme comum e sem insígnias e com os olhos vendados, salvo se o recusar.
- (D) Por fuzilamento, preferencialmente, salvo se houver requerimento do condenado para que se proceda de outra forma, desde que não atentatória à dignidade humana e aos valores militares.
- (E) Pelo método adequado às operações de guerra, desde que não atentatório à dignidade do condenado.

41

Em matéria de lugar do crime, o artigo 6º do Código Penal Militar estabelece que “considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado”, consagrando a teoria da

- (A) ação múltipla.
- (B) ubiquidade.
- (C) ambivalência.
- (D) ação composta.
- (E) equivalência de territorialidade e extraterritorialidade.

42

A respeito das normas relativas à teoria do crime consagradas no Código Penal Militar, analise as afirmativas abaixo.

- I - O Código Penal Militar, a exemplo do Código Penal comum, adota a teoria monista em matéria de concurso de agentes.
- II - Sobre a punibilidade da tentativa, o Código Penal Militar, a exemplo do Código Penal comum, adota a teoria objetiva, pois a minorante obrigatoriamente aplicável ao crime tentado deve ser calculada com base na quantidade de atos de execução praticados pelo agente.
- III - O Código Penal Militar adota, ainda influenciado por uma visão causalista da teoria do crime, as figuras do erro de fato e do erro de proibição.
- IV - O Código Penal Militar, ao contrário do Código Penal comum, adota a teoria diferenciadora em matéria de estado de necessidade.

Estão corretas **APENAS** as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

43

De acordo com o Código Penal Militar, aplica-se a lei penal brasileira:

- (A) a todo e qualquer crime militar praticado dentro e fora do território nacional.
- (B) a todo e qualquer crime militar praticado dentro e fora do território nacional, salvo quando praticado por estrangeiro.
- (C) aos crimes militares praticados em território nacional, somente.
- (D) aos crimes militares praticados em território nacional e aos crimes militares praticados em aeronaves ou embarcações nacionais de natureza privada quando em alto-mar ou no espaço aéreo correspondente, somente.
- (E) aos crimes militares praticados em território nacional e aos crimes militares praticados em aeronaves ou embarcações estrangeiras, desde que em lugar sujeito à autoridade militar brasileira, somente.

44

Pelas regras do Código Penal Militar, a(s) pena(s) principal(ais), além de morte, reclusão, detenção e prisão, é(são)

- (A) suspensão dos direitos políticos.
- (B) reforma e suspensão e perda dos direitos políticos.
- (C) perda do posto e patente, suspensão dos direitos políticos e menagem.
- (D) impedimento, suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função e reforma.
- (E) impedimento, menagem, indignidade para o oficialato e incompatibilidade com o oficialato.

45

Qual dos crimes abaixo descritos **NÃO** é crime militar próprio?

- (A) “Conservação ilegal de comando” (Art. 168 do Código Penal Militar: *Conservar comando ou função legitimamente assumida, depois de receber ordem de seu superior para deixá-los ou transmiti-los a outrem*).
- (B) “Ordem arbitrária de invasão” (Art. 170 do Código Penal Militar: *Ordenar, arbitrariamente, o comandante de força, navio, aeronave ou engenho de guerra motomecanizado a entrada de comandados seus em águas ou território estrangeiro, ou sobrevoá-los*).
- (C) “Omissão de oficial” (Art. 194 do Código Penal Militar: *Deixar o oficial de proceder contra desertor, sabendo, ou devendo saber encontrar-se entre os seus comandados*).
- (D) “Desacato a superior” (Art. 298 do Código Penal Militar: *Desacatar superior, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, ou procurando deprimir-lhe a autoridade*).
- (E) “Abandono de cargo” (Art. 330 do Código Penal Militar: *Abandonar cargo público, em repartição ou estabelecimento militar*).

46

NÃO faz parte do rol das causas de exclusão da culpabilidade previstas no Código Penal Militar:

- (A) obediência hierárquica.
- (B) estado de necessidade exculpante.
- (C) coação moral irresistível.
- (D) embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior.
- (E) aberração no golpe (*aberratio ictus*).

47

A ação penal relativa ao crime contra a honra praticado por militar da ativa contra outro militar da ativa em razão do exercício de função militar é de natureza

- (A) pública incondicionada.
- (B) pública condicionada à requisição do comandante da Força à qual pertença o ofendido.
- (C) pública condicionada à representação do ofendido.
- (D) exclusivamente privada, sendo incabível a sucessão processual.
- (E) provada simples, podendo ser retomada pelo ascendente, descendente ou cônjuge em caso de morte do ofendido.

48

De acordo com o Código de Processo Penal Militar, **NÃO** faz parte da competência da polícia judiciária militar:

- (A) cumprir os mandados de prisão expedidos pela Justiça Militar.
- (B) solicitar das autoridades civis as informações e medidas que julgar úteis à elucidação das infrações penais.
- (C) apurar os crimes militares.
- (D) exercer o poder de polícia dentro das unidades militares.
- (E) requisitar da polícia civil e das repartições técnicas civis as pesquisas e exames necessários ao complemento e subsídio de inquérito policial militar.

49

Quais os dois princípios que regem a conduta do Ministério Público Militar no que se refere à propositura e condução da ação penal militar?

- (A) Obrigatoriedade e sucumbência.
- (B) Vedação à desistência (indesistibilidade) e obrigatoriedade.
- (C) Vedação à desistência (indesistibilidade) e subsidiariedade.
- (D) Independência funcional e disponibilidade.
- (E) Indelegabilidade e sucumbência.

50

Em caso de inquérito policial militar instaurado para apurar crime de desacato a militar praticado por civil contra Tenente-Coronel da Aeronáutica em serviço, ocorrido dentro de unidade militar, o encarregado e o escrivão do inquérito deverão, necessariamente, ser

- (A) oficial (o encarregado) e sargento, subtenente ou suboficial (o escrivão).
- (B) oficial (o encarregado) e sargento ou cabo (o escrivão).
- (C) oficial de posto igual ou superior a Tenente-Coronel (o encarregado) e segundo ou primeiro-tenente (o escrivão).
- (D) oficial de posto igual ou superior a Tenente-Coronel (o encarregado) e sargento ou suboficial (o escrivão).
- (E) oficial general de qualquer posto (o encarregado) e primeiro ou segundo-tenente (o escrivão).